

Desmatamento: os números falam

Alberto Setzer *

Devemos estar alertas para os números do desmatamento da Amazônia que o Governo divulgará na Conferência da ONU (Rio-92), em junho. A disposição oficial tem sido de minimizar o desmatamento, sobretudo as taxas percentuais.

A revista inglesa *The Economist* (7/12), em artigo de 16 páginas sobre o Brasil, situa o desmatamento da Amazônia em 8%, com base em estudo do Inpe, o que não bate com a realidade. Este erro pode se repetir.

A polêmica é antiga. Já foi abordada por *Ciência Hoje* em 90. A discórdia é muito simples do ponto de vista matemático. Insistir em erros passados afronta o bom senso.

O desmatamento na Amazônia até hoje é estimado em cerca de 420 mil km², a partir de levantamentos feitos em imagens de satélites *Landsat/TM* pelo Inpe. Este número é bem mais realista que os 250 mil km² originalmente apresentados pelo Governo em 89, imediatamente rechaçados pela comunidade científica e por setores da imprensa.

Sem dúvida, 420 mil km² correspondem a uns 8% da área total da Amazônia Legal Brasileira (ALB), que tem cerca de 5 milhões de km². Por outro lado, significativa área destes 5 milhões, originalmente, não tinham florestas. Eram vários tipos de cerrados. Até agora não se estimou qual é a área original da floresta ou dos cerrados, mas aceita-se que estes ocupavam de 1 a 1,5 milhão de km² só na ALB. O ponto é crucial no cálculo da taxa de desmatamento.

Ao abordar o desmatamento, devemos considerar a área desmatada em relação à área total ocupada originalmente só pela floresta. Esta última é obtida subtraindo-se as áreas de cerrado da área total da ALB, e que, devido a incertezas, deve estar entre 3,5 e 4 milhões de km².

Assim, a taxa de desmatamento da floresta deve estar entre 420 mil/4 milhões e 420 mil/3,5 milhões, ou seja, entre 10,5 e 12%. Se incluirmos no cálculo os cerrados desmatados na Amazônia para que possamos usar no denominador 5 milhões de km², esta taxa subirá muito. Não há estimativas da área de cerrado desmatada, e com boa margem de segurança podemos assumir que corresponda entre uma e duas vezes à da floresta. Isto porque os cerrados são menos densos que a floresta, estão mais próximos de centros agrícolas e apresentam solos em geral mais propícios à agropecuária. É o caso do sul do Mato

Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão, na região do Bico do Papagaio. Neste contexto, o desmatamento total da Amazônia seria no mínimo equivalente a 820 mil/5 milhões, ou seja 16%, e possivelmente até 1,26 milhão/5 milhões, ou 25%.

Usar 8% ao invés de 10,5% a 12% para a taxa de desmatamento, como faz o Governo, é erro flagrante. As razões para que tal erro seja perpetuado certamente não são técnicas ou científicas. Devem-se, possivelmente, à posição de antagonismo adotada frente ao relatório interno de um economista do Banco Mundial que, em seus cálculos de 89, apresentou a taxa de 12%, obtida por interpolação bem precária de dados passados obtidos por terceiros. Naquela época, o Governo ainda se recusava a assumir erros cometidos no desenvolvimento e distribuição de incentivos na Amazônia, e a taxa de desmatamento, que se forçava, era de 5%. Aceitar a taxa correta de desmatamento (10 a 12%) é reconhecer o mérito dos números estrangeiros tão combatidos no passado, e o erro dos que forçaram a taxa de 5%, incluindo-se um ex-presidente. Qual a outra opção que teríamos? Continuar impondo taxas erradas e abusando do bom senso comum, como vêm tentando alguns órgãos do Governo? Não vale a pena. Sejam coerentes e assumamos nossas responsabilidades.

* Pesquisador do Inpe.

Inpe vai revisar

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) promete divulgar a revisão das taxas de devastação das florestas no mundo e discutir metodologia e política de dados sobre monitoramento de florestas via satélites. As taxas, baseadas nos resultados dos projetos coordenados pelo Inpe na Amazônia Brasileira, Amazônia Global e Mata Atlântica, serão apresentadas na Conferência Mundial sobre Monitoramento das Florestas (World Forest Watch/WWF), de 27-29/5, em S.J. dos Campos, SP, segundo a *Gazeta Mercantil* (6/3). Em levantamento realizado pelo Inpe em 89/90, o desflorestamento na Amazônia Legal Brasileira, no período, foi de 13.818 km² — uma redução de 27% em relação ao período anterior. Serão mostradas também as variações das taxas de desflorestamento na Amazônia Legal em 75, 78, 85, 88 e 91.